FICHA TÉCNICA

Coordenação
Isabel Sumar

Produção
Ângelo Nhalidede
Samo Dique
Inocência Mapisse
Paulo Sibia

Propriedade:
Direcção de Estudos e Análise Económica
Departamento de Estudos e Análise de Políticas
Av. 10 de Novembro nº 929
Telf: (+258) 21 327481
Fax: (+258) 21 327480
E-mail: deae.deap@mf.gov.mz

ÍNDICE

I. MENSAGEM DA DIRECÇÃO iii
II. CONTEXTO INTERNACIONAL 1
2.1 Crescimento económico 1
2.2 Inflação 2
III. CONTEXTO NACIONAL 3
3.1 Crescimento Económico 3
3.2 Taxa de Câmbio e Taxa de Juro 4
3.3 Indicadores de Clima Económico 5
IV. FINANÇAS PÚBLICAS 5
V. CAIXAS DE REFLEXÃO 8

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Taxas de Crescimento 1
Gráfico 2: Taxas de Crescimento em alguns países 1
Gráfico 3: Índices de preços no mercado internacional 2
Gráfico 4: Inflação em alguns países 2
Gráfico 5: Crescimento económico do País 3
Gráfico 6: Peso dos sectores no PIB em 2013 3
Gráfico 7: Inflação 4
Gráfico 8: Contribuição para inflação mensal 4
Gráfico 9: Taxa de câmbio 4
Gráfico 10: Evolução da taxa de juro (%) 4
Gráfico 11: Evolução do ICE 5
Gráfico 12: Repartição das Receitas do Estado 6
Gráfico 13: Peso das Mais-valias nas Receitas do Estado 6
Gráfico 14: Repartição da Desp. de Funcionamento 7
Gráfico 15: Repartição da Desp. de Investimento 7
Gráfico 16: Stock da Dívida Pública 8
Gráfico 17: Serviço da Dívida Pública 8

I. MENSAGEM DA DIRECÇÃO

Esta é a primeira Nota de Conjuntura Económica (NCE) da Direcção de Estudos e Análise Económica do Ministério das Finanças, de periodicidade Trimestral cujo objectivo principal é a análise da conjuntura económica internacional e nacional, com enfoque para a gestão das finanças públicas.

O documento é de carácter descritivo, comparativo e analítico, baseado em fontes de informação internacionais e nacionais, do qual se destacam as publicações do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Ministério das Finanças (MF), e do Banco de Moçambique (BM).

A presente NCE analisa o I Trimestre de 2014 e está estruturada em quatro blocos principais, nomeadamente: (i) O Contexto Internacional, (ii) Contexto Nacional, (iii) Finanças Públicas e (iv) Caixa de Reflexões.

No geral perspectiva-se um bom desempenho para 2014. A nível mundial, reina o optimismo em relação ao processo de retoma da economia para os níveis registados antes da grande recessão, esperando-se que a economia atinja um crescimento de 3,6%, prevendo-se 2,2% para as economias avançadas, 1,2% para Zona Euro, 4,9% para Economias Emergentes e em Desenvolvimento, níveis superiores a 5,4% para África Subsahariana, e 3,9% para SADC.

Para Moçambique, pese embora as condições climatéricas adversas que se abateram no norte do País no início de 2014, projecta-se que a economia cresça em 8%, o que representará 1 ponto percentual acima em relação a 2013. No I Trimestre do presente ano assistiu-se um modesto aumento da inflação, largamente influenciado pelo agravamento de preços de alimentos e bebidas não alcoólicas, num contexto de estabilidade do Metical face ao rand e um relativo enfraquecimento face ao Dólar Norte-americano. E no mercado monetário as condições de acesso a financiamento tenderam a melhorar em face da descida nas taxas de juro de referência no I Trimestre do ano em curso, contrastando com a ligeira deterioração do Índice de Clima Económico.

Relativamente as finanças públicas, como característico, no I Trimestre de 2014 o nível da arrecadação das receitas do Estado foi positivo, explicado em grande medida pelo prosseguimento do alargamento da base tributária, acções de sensibilização, controlo e fiscalização, bem como a tributação das mais-valias. A execução da despesa pública esteve dentro do programado, tendo-se assegurado de forma atempada a realização das despesas com o pessoal, bens e serviços e transferências correntes. O financiamento do défice foi efectuado com recurso a financiamento externos e com saldos financeiros que transitaram de 2013.

De referir que devido a conjugação por um lado da necessidade de reforçar as dotações do pacote eleitoral, os reembolsos do IVA, e a conclusão dos investimentos do Millenium Challenge Account, e por outro da ocorrência de recursos extraordinários decorrente da tributação das mais-valias das empresas que operam nos sectores de exploração de recursos naturais no País, e o registo de saldos financeiros que transitaram do exercício económico de 2013, antevê-se a revisão do Orçamento do Estado para 2014.

Isabel Maria Sumar
Directora de Estudos e Análise Económica

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

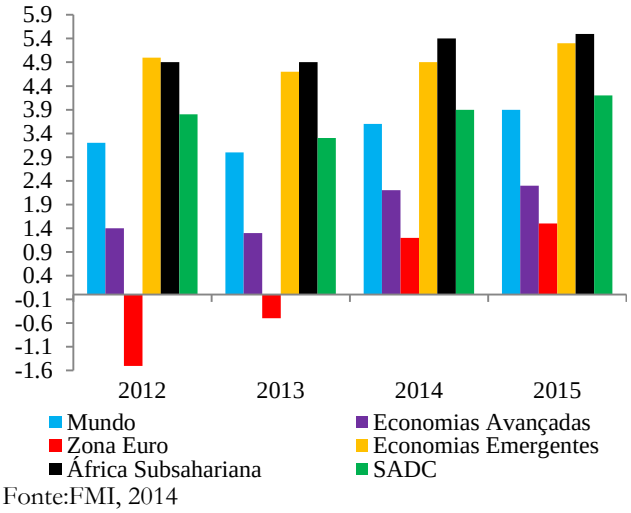
2.1 Crescimento económico

O *World Economic Outlook* (WEO) publicado em Abril último pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento económico mundial de 3,6% em 2014, o correspondente a um aumento de 0,6 pp em relação ao registado em 2013, como reflexo da recuperação do comércio internacional e do desempenho das Economias Avançadas onde prevê-se um crescimento económico de 2,1% durante o ano, isto é, um aumento de 0,8pp face a 2013. Neste grupo, os Estados Unidos da América com um crescimento projectado em 2,8% durante o ano, cresceram 1,4% no I Trimestre de 2014, em resultado do impacto temporário das condições climatéricas adversas principalmente sobre o investimento privado.

Na Zona Euro, após 3 anos consecutivos de registo de taxas de crescimento negativas, espera-se que em 2014 o crescimento volte para níveis positivos podendo atingir 1,2%, o que significará uma aceleração em 1,7pp relativamente a 2013. Corroborando com as expectativas, no I Trimestre de 2014, registou-se um crescimento de 0,9% em grande medida influenciado pelo desempenho da Alemanha.

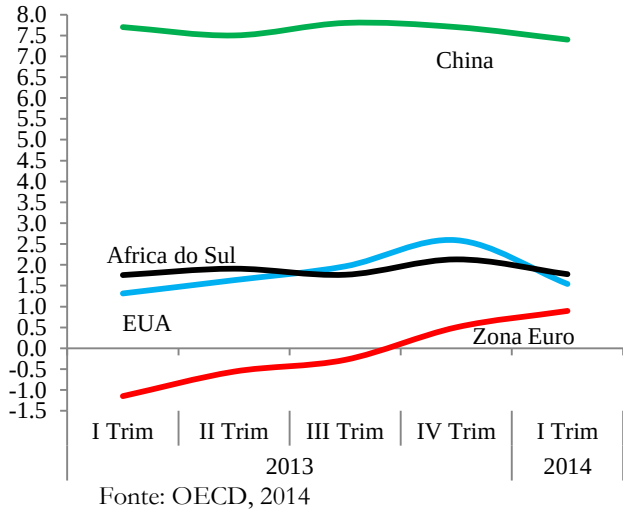
Para o grupo das Economias Emergentes e em Desenvolvimento prevê-se para 2014 um crescimento económico de 4,9%, isto é, 0,2pp acima do registado em 2013, influenciado pelo crescimento em 7,5% da China. Porém, em comparação aos Trimestres precedentes, no I Trimestre do presente ano a economia chinesa reduziu o ritmo de crescimento para 7,4%, em resultado principalmente do abrandamento do comércio externo ter contraposto o aumento do consumo doméstico.

Gráfico 1: Taxas de Crescimento



Fonte:FMI, 2014

Gráfico 2: Taxas de Crescimento em alguns países



Fonte: OECD, 2014

A nível da África Subsahariana, projecta-se a continuidade do crescimento robusto, podendo atingir níveis superiores a 5,4% em 2014, como resultado do aumento do volume de investimento em infra-estruturas, na área da exploração de recursos naturais, e na agricultura, bem assim da melhoria da qualidade de políticas macroeconómicas implementadas. Na maior economia do grupo, a Nigéria, prevê-se um crescimento de 7,1%, ou seja 0,8pp acima do fixado em 2013, em grande parte explicado pela expansão do sector não petrolífero e a normalização da produção petrolífera.

Para a região da SADC projecta-se um crescimento de 3,9% durante o ano, representando uma aceleração em 0,6pp face a 2013, influenciado por um lado pelas altas taxas de crescimento de países como Moçambique (8%), Zâmbia (7,3%) e Tanzânia (7%), e negativamente pelo desempenho da África do Sul,

onde prevê-se 2,3% para 2014. Refira-se que segundo a OECD (2014) no I Trimestre de 2014, a economia sul-africana registou um crescimento económico de 1,8% em face da persistência de perturbações na indústria mineira e os consequentes efeitos negativos pelo resto da economia.

2.2 Inflação

A nível mundial, espera-se que a inflação continue moderada em 2014, como consequência do abrandamento e/ou estabilidade dos preços de *commodities* no mercado internacional. Entretanto, como ilustra o Gráfico 3, no I Trimestre de 2014, assistiu-se um comportamento misto caracterizado por um lado pela redução ou manutenção do índice de preços de metais incluindo o alumínio, e o de energia composto pelo carvão mineral, gás e petróleo, por outro registaram-se ligeiras subidas nos preços de alimentos como o milho e trigo.

Gráfico 3: Índices de preços no mercado internacional

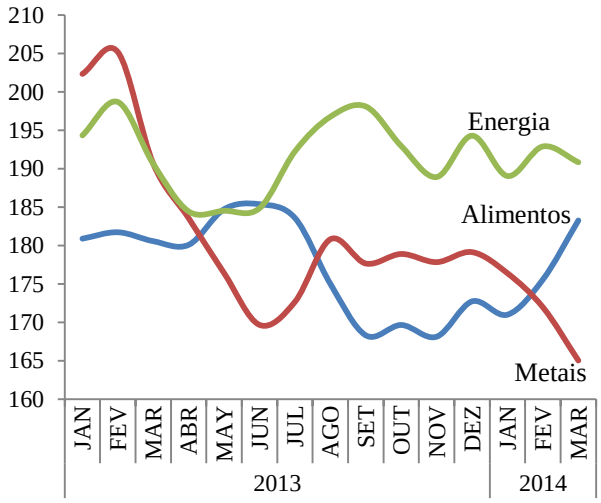
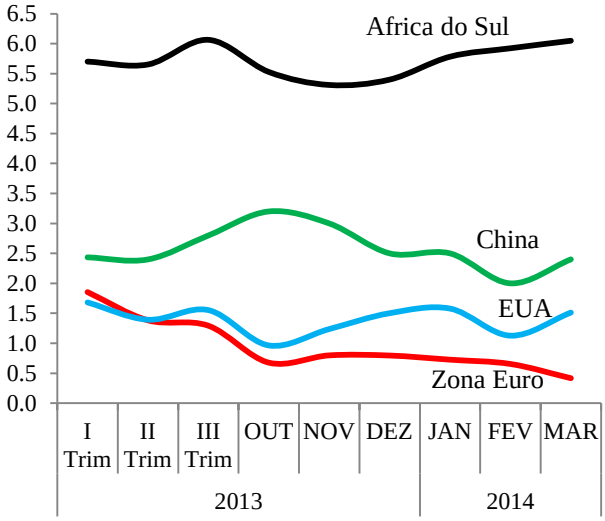


Gráfico 4: Inflação em alguns países



Fonte: FMI, 2014

Nos países desenvolvidos, o nível de inflação é muito baixo (1,5% em média), de certa forma associado ao desempenho moderado dessas economias, esperando-se que à medida que o processo de recuperação se consolida, este indicador tende a aumentar, enquanto que nas economias emergentes e em desenvolvimento prevê-se uma inflação de 6% em 2014. No I Trimestre, este panorama não se alterou significativamente, todavia na Zona Euro aumentou a probabilidade de registo de inflação próxima ou inferior a 0%.

Para a África Subshariana, com um nível de inflação projectado de 6,1% em 2014, dar-se-á prosseguimento ao abrandamento e/ou estabilidade deste indicador explicado pelo predomínio de preços favoráveis no mercado internacional de bens alimentares e combustíveis, bem como pela aplicação de políticas macroeconómicas prudentes e sólidas. Porém, no I Trimestre do ano em curso, o nível geral de preços registou variações positivas na região em parte justificado pelo aumento de preços de alimentos e pela depreciação cambial em alguns países.

O cenário descrito para Africa Subsahariana é consentâneo para região da SADC, com destaque para a inflação observada no I Trimestre na África do Sul (6%), devido a relativa subida de preços dos alimentos, transporte, serviço de restauração e hotelaria.

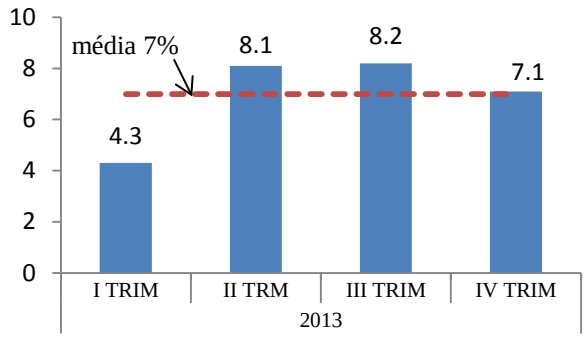
III. CONTEXTO NACIONAL

3.1 Crescimento Económico

Não obstante a conjuntura externa acima descrita e o efeito das condições climatéricas adversas que afectaram o País em 2013, segundo o INE (2014), Moçambique alcançou em 2013, um crescimento económico de 7,0%, sustentado pelo aumento do fluxo de investimento directo estrangeiro principalmente na área de exploração de recursos naturais, melhoria do ambiente de negócios e o aumento da abrangência dos serviços de intermediação financeira no País. Em termos sectoriais este desempenho deveu-se ao maior dinamismo nos sectores da Indústria Extractiva, Transportes e Comunicações, Construção, Comércio e Serviços e Agricultura.

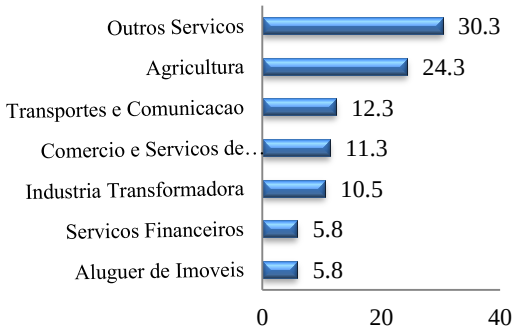
Relativamente ao peso dos sectores no Produto Interno Bruto, em 2013, continuaram na dianteira os sectores da Agricultura (24,3%), Transportes e Comunicações (12,3%), Comércio e Serviços de Reparação (11,3%) e Indústria Transformadora (10,5%).

Gráfico 5: Crescimento económico do País



Fonte: INE, 2014

Gráfico 6: Peso dos sectores no PIB em 2013



Para 2014 prevê-se um crescimento de 8%, isto é 1pp acima comparativamente a 2013, impulsionado pela consolidação da estabilidade socioeconómico, prosseguimento da implementação de políticas macroeconómicas prudentes e sólidas, incremento do volume de investimento privado nas áreas de agricultura, indústria, sector de energia e exploração de recursos naturais, bem como do investimento público em infraestruturas sócio-económicas básicas.

Inflação

Após o índice geral de preços ter registado uma variação média em 2013 de 4,26%, a Inflação média no final do I Trimestre de 2014 medida pelo índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Moçambique[1] foi de 4,03%, o correspondente a uma redução de 0,23pp em relação ao igual período do ano anterior.

Em relação a inflação acumulada que em 2013 fixou-se em 3,54%, no final do I Trimestre de 2014 foi de 2,83%, o correspondente a um aumento de 2,23pp comparativamente ao período homólogo do ano transacto.

[1] Congrega dados recolhidos nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula

De acordo com o Gráfico 7 desde o II Trimestre de 2013, com excepção de Fevereiro de 2014, a inflação mensal regista uma tendência crescente, facto associado ao agravamento de preços de alimentos e bebidas não alcoólicas.

Gráfico 7: Inflação

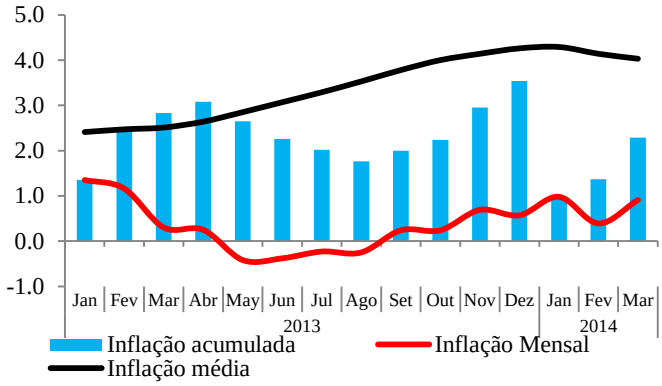
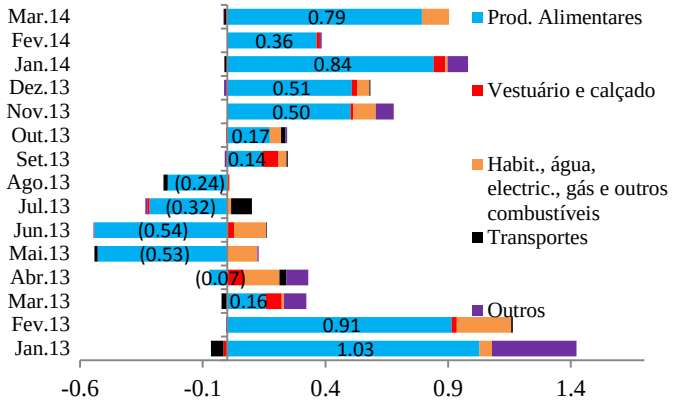


Gráfico 8: Contribuição para inflação mensal



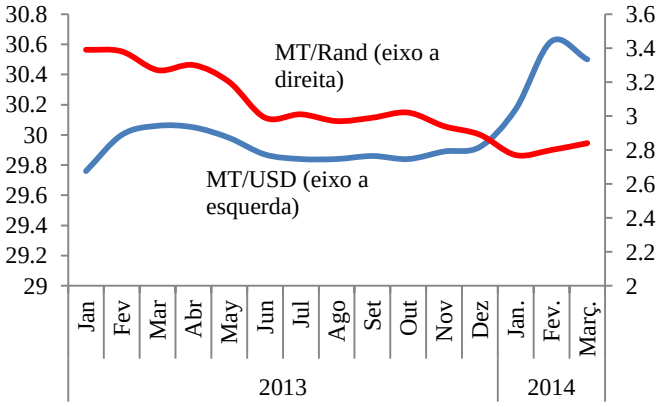
Fonte: INE, 2014

A evolução do índice geral de preços no I Trimestre de 2014, também foi explicada pelas condições climatéricas adversas principalmente a zona norte do País que afectaram a produção e a circulação de produtos agrícolas, bem como pelo agravamento dos preços registado na Africa do Sul, por sinal um dos maiores parceiros comerciais e principal mercado de origem de bens alimentares.

3.2 Taxa de Câmbio e Taxa de Juro

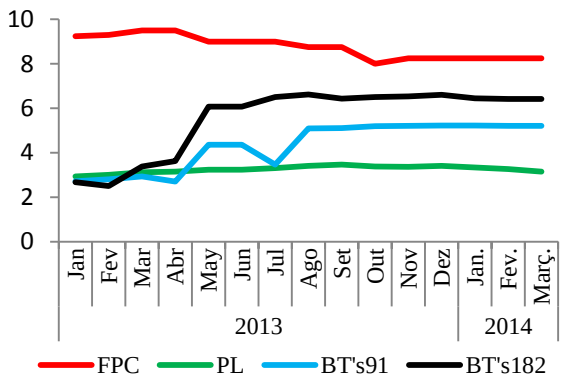
Do lado do mercado cambial, de um modo geral de Janeiro a Março de 2014 foi caracterizado por um comportamento misto da moeda nacional face as principais moedas transaccionadas, tendo com efeito o metical se depreciado nominalmente em 0,2% em relação ao período homólogo de 2013 e 1,16% em termos anuais face ao Dólar Americano, e apreciado em 14% em relação ao igual período de 2013, e uma apreciação anual de 11,66% face ao Rand. Refira-se que a cotação média do Metical face ao Dólar Americano foi de 30,43 MT em Março de 2014, enquanto em relação ao Rand, o Metical foi cotado a 2,88 MT.

Gráfico 9: Taxa de câmbio



Fonte: BM, 2014

Gráfico 10: Evolução da taxa de juro (%)



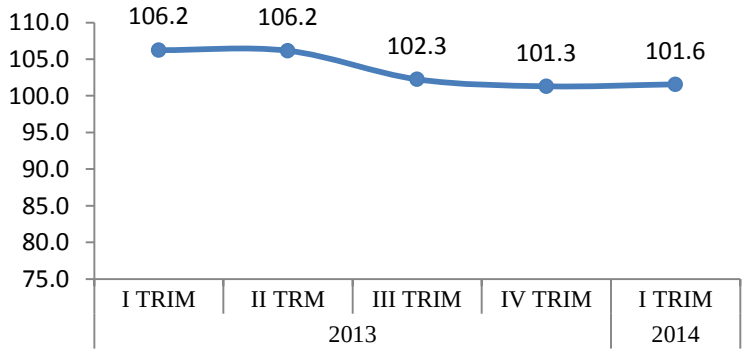
Por sua vez, no mercado monetário, as taxas de juro de referência tiveram um comportamento estável, tendo a Facilidade Permanente de Cedência (FPC), se mantido em 8,25% ao longo do I Trimestre de 2014.

Como mostra o Gráfico 10, o mercado monetário interbancário apresentou no mesmo período uma ligeira redução na taxa de juro média de Permuta de Liquidez (PL). As taxas de juro dos BT´s de 91 dias e 182 dias mantiveram-se estáveis em 5,21% e 6,42% em Março de 2014, respectivamente. Enquanto isso, as taxas de juro média dos bancos comerciais (em termos anuais) das operações activas para maturidade de um ano tiveram tendência decrescente.

3.3 Indicadores de Clima Económico

O Índice de Clima Económico (ICE)2 no I Trimestre de 2014 situou-se em 101,6%, isto é 4.6pp abaixo em relação a igual período de 2013. Segundo o INE (2014), este facto é explicado principalmente pela perspectiva de subida de emprego e aumento da procura, fruto de uma maior recuperação no mês de Fevereiro que deveu-se a previsões favoráveis em todos os sectores de actividades com a excepção dos agentes económicos do sector dos transporte (tendência de estabilização) e comércio que registaram descida.

Gráfico 11: Evolução do ICE



Fonte: INE, 2014

IV. FINANÇAS PÚBLICAS

O Orçamento do Estado 2014 previu em 147.371,6 milhões MT as Receitas do Estado e 240.891,4 milhões de MT em Despesas, resultando num défice de 93.519,8 milhões MT. Para cobertura deste défice prevê-se a mobilização de 30.401,9 milhões de MT em Donativos e a contratação de Créditos externos no valor de 57.402,8 milhões de MT, e 5.715,1 milhões de MT em Créditos Internos. Contudo, prevê-se efectuar a revisão do Orçamento do Estado para 2014, para responder por um lado a necessidade de reforçar as dotações decorrente do pacote eleitoral, os reembolsos do IVA, e a conclusão dos investimentos do Millenium Challenge Account, e por outro da ocorrência de recursos extraordinários decorrente da tributação das mais-valias das empresas que operam nos sectores de exploração de recursos naturais no País, e o registo de saldos financeiros que transitaram do exercício económico de 2013.

Execução da Receita do Estado

[2] Indicador de Clima Económico é um índice que mede o andamento e perspectiva da actividade dos agentes económicos particularmente Emprego, Procura, Preço, Produção e Vendas.

No I Trimestre de 2014, foram arrecadados para os cofres do Estado 31.904,7 milhões de MT, sendo 18.697,5 milhões de MT em receitas correntes e 581,6 milhões de MT em receitas de capital. Este nível de cobrança corresponde a 21,6% do programa anual, e um crescimento nominal de 28,6% em relação ao período homólogo de 2013.

Este desempenho foi determinado pelo comportamento positivo verificado nas Receitas Fiscais com um crescimento nominal de 28,8%, e Receitas não Fiscais com 49,5% em relação a igual período de 2013.

Gráfico 12: Repartição das Receitas do Estado

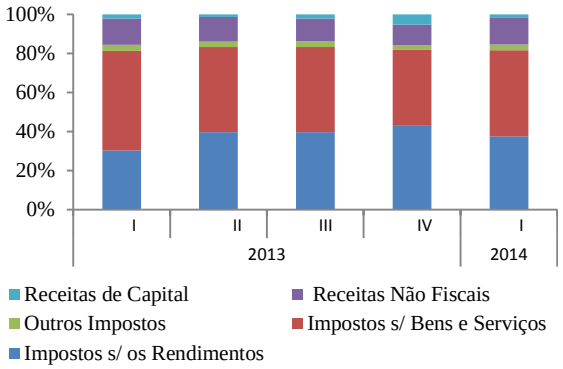
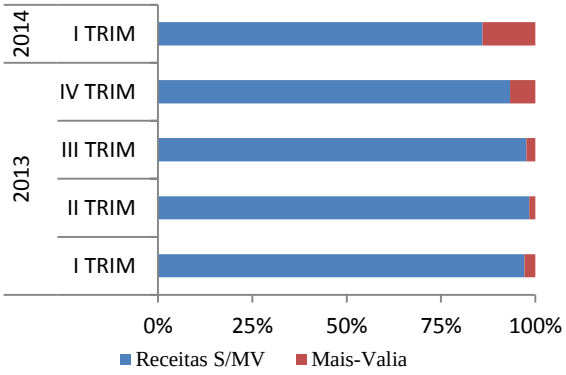


Gráfico 13: Peso das Mais-valias nas Receitas do Estado



Fonte: MF – REO I Trimestre, 2014; AT, 2014

Nas Receitas Fiscais, destacam-se os Impostos sobre os Rendimentos que alcançaram uma cobrança de 11.936,4 milhões de MT, um peso de 37% na estrutura da receita, e o equivalente a um crescimento nominal de 58,8% face a igual período de 2013, justificado entre outros factores por: (i) tributação de mais mais-valias, que resultaram na arrecadação de 4.467,1 milhões MT; (ii) verificação e correcção pontual das declarações de rendimento e de informação contabilística e fiscal; (iii) intensificação de acções de controlo e fiscalização em sede das auditorias; (iv) surgimento de novas empresas, particularmente na área de prestação de serviços aos grandes projectos.

Os Impostos sobre os Bens e Serviços alcançaram uma realização de 14.121,5 milhões de MT, ou seja, 44% do total das receitas (das reciats fiscais). Os outros impostos atingiram 912,6 milhões de MT, o correspondente a um crescimento nominal de 11,9% em relação a igual período de 2013.

As Receitas de Capital cifraram-se em 581,6 milhões de MT, isto é, um crescimento de 8% face ao período homólogo de 2013, influenciado pelo crescimento de dividendos e taxa de concessão.

Execução da Despesa Pública

No I Trimestre de 2014, a Despesa Pública que atingiu 36.909,4 milhões de MT, aumentou em 21,3% face a igual período de 2013, tendo-se repartido em 26.793,1 milhões MT (72,6%) referente as Despesas de Funcionamento, 8.708,3 milhões MT (23,6%) referente as Despesas de Investimento e 1.408 milhões MT (3,8%) em Operações Financeiras.

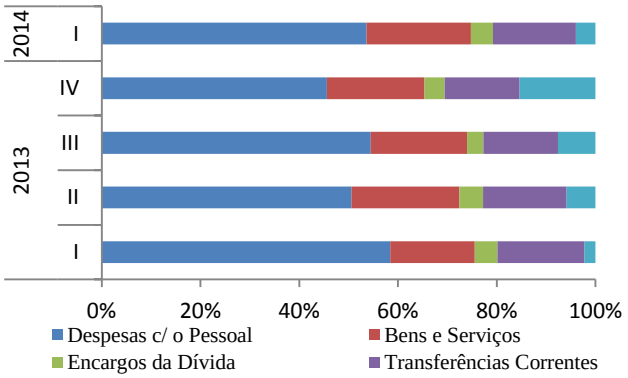
As **Despesas de Funcionamento** fixaram-se em 26.793,1 milhões de MT no I Trimestre de 2014, equivalente a 23,2% do programado, assim desagregadas:

- Despesas com o pessoal, com uma realização de 14.371,9 milhões de MT, sendo 94,5% referentes a Salários e Remunerações e os restantes 5,5% em demais Despesas com Pessoal;
- Despesas com Bens e Serviços atingiram 5.655,6 milhões de MT;

- Encargos da Dívida absorveram 1.204 milhões de MT, repartidos em 431,4 milhões de MT em juros internos e 772,6 milhões de MT em juros externos.
- Transferências correntes com 4.494,8 milhões de MT, dos quais as Pensões absorveram 2.678,3 milhões de MT.

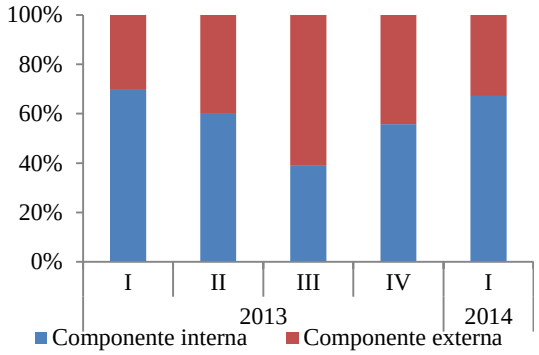
Refira-se que no I Trimestre de 2014, as Despesas de Funcionamento cresceram 22,6% comparativamente ao período homólogo de 2013. Este aumento foi influenciado pelas rubricas de Despesas com o Pessoal com 53,6% e de Bens e Serviços com 21,1% do total das Despesas de Funcionamento em resultado da admissão de novos funcionários para o aparelho do Estado e do prosseguimento do apetrechamento do sector público.

Gráfico 14: Repartição da Desp. de Funcionamento



Fonte: REO I Trimestre 2014

Gráfico 15: Repartição da Desp. de Investimento



Quanto a **Despesa de Investimento**, que atingiu 8.708,3 milhões de MT, repartido em 5.850,3 milhões de MT na componente interna, e 2.858 milhões de MT na componente externa, teve uma realização de 8,6% do programa anual, 0.7pp abaixo do alcançado em igual período do ano transacto, influenciado pelo início tardio da execução de alguns projectos, devido ao impacto das cheias que assolaram o País desde finais de 2013 até o I Trimestre de 2014.

As **Operações Financeiras** alcançaram o valor de 1.409,9 milhões de MT, isto é, mais de 55,1% relativamente ao período homólogo de 2013, sendo 591,1 milhões de MT em Operações Activas, e 818,8 milhões de MT em Operações Passivas. Esta rubrica foi influenciada pelos desembolsos de fundos relativos a participação do Estado no capital social do Banco Nacional de Investimento, bem como da maior disponibilidade de fundos externos para aplicação em acções de interesse público levadas a cabo por empresas, institutos e fundos públicos.

Financiamento do Défice

No I Trimestre de 2014, registou-se um défice orçamental de 6.884,8 milhões de MT. Para financiamento deste défice, o Estado fez uso dos desembolsos de recursos externos no montante de 6.736,0 milhões de MT repartidos em 4.116,3 milhões de MT de Donativos, e 2.619,7 milhões de MT de Créditos Externos. Adicionalmente, utilizou-se 148,8 milhões de MT referentes a saldos financeiros transitados do exercício económico anterior, não existindo registo de empréstimos internos.

Dívida Pública

No I Trimestre de 2014 o Stock da Dívida Externa situou-se em USD 5,86 biliões, representando um crescimento de 19,9%, enquanto que a Dívida Interna atingiu 29,58 biliões de MT, o equivalente a um crescimento de 26,6% face a igual período de 2013. A evolução evidenciada no Gráfico 16, espelha por um lado o período em que os desembolsos externos ocorreram, e por outro o momento em que tiveram lugar as emissões das Obrigações de Tesouro no caso concreto no ano transacto visto que no I Trimestre não houve registo de emissão de dívida interna.

No período em foco, assegurou-se o pagamento do serviço da dívida pública, sendo 1.433,6 milhões de MT para divida externa e 589,2 milhões de MT para divida interna.

Gráfico 16: Stock da Dívida Pública

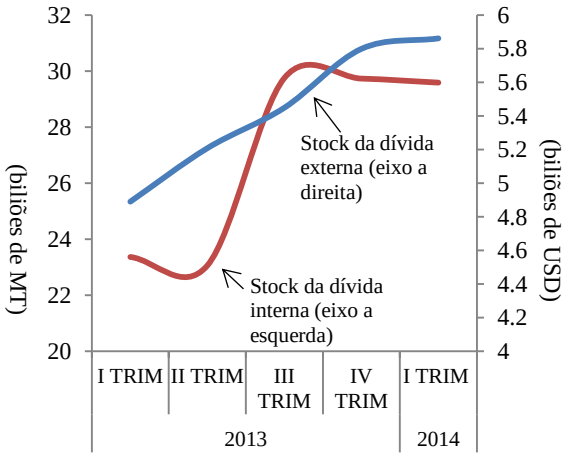
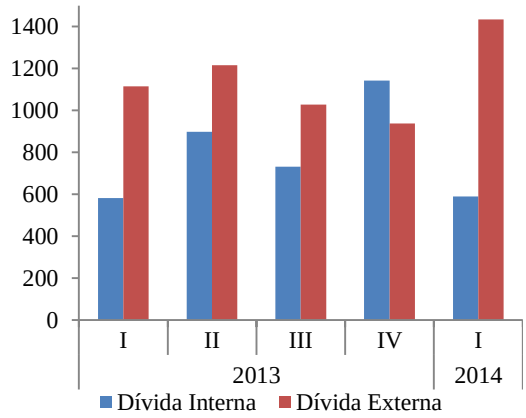


Gráfico 17: Serviço da Dívida Pública



Fonte: MF/DNT, 2014

Do Gráfico 16, constata-se que o serviço da dívida externa superou o da interna, tendo igualmente se registado um maior aumento no serviço da dívida externa relativamente a interna, 19,2% contra 1,2%, no I Trimestre de 2014 face ao período homólogo de 2013.

V. CAIXAS DE REFLEXÃO

CAIXA 1: Convergência Macroeconómica na SADC

Desempenho de Moçambique a nível dos Principais Indicadores de Convergência Macroeconómica da SADC em 2013.

Inflação

Em 2013 a taxa de inflação Moçambicana situou-se em 4.21 contra os 5,0% definidos como a meta a ser observada pelos Estados Membros da SADC para o período de 2012 a 2018. Este desempenho positivo é consequência da estabilidade do Metical face as principais moedas transaccionadas no país, a redução de preços no mercado internacional e a aplicação de políticas macroeconómicas solidas.

Crescimento Económico

Não obstante os efeitos das cheias que se assolaram o país no início de 2013, a taxa de crescimento de Moçambique cifrou-se em 7%, situando-se justamente no limite da meta de convergência definida para este indicador. Contudo, espera-se um desempenho ainda melhor para 2014 em que as projecções apontam para uma cifra de 8%. Este crescimento poderá ser suportado pela consolidação do sector da Indústria extractiva, bem como a expansão dos diversos sectores da economia.

Dívida Pública

A gestão da dívida pública de forma sustentável tem sido um factor preponderante para que nos últimos anos Moçambique cumpra com as metas de convergência macroeconómica em relação a este indicador. Em 2013 o rácio da dívida pública situou-se em 43.3% do PIB correspondente à 16.7 pp abaixo da meta regional de 60%.

Saldo Fiscal

Em 2013 o rácio do défice fiscal em função do PIB situou-se em 5,3%, contra aos 6,70% do PIB registados em 2012. Este desempenho apesar de não significar o cumprimento da meta da convergência, que é de 3%, assinala uma tendência rumo ao alcance da meta regional.

CAIXA 2: Importância das Estatísticas de Finanças Públicas

As Estatísticas de Finanças Publicas (EFP) são o conjunto de informações sobre o desempenho financeiro do sector público elaborado com base em outras estatísticas de natureza fiscal obedecendo padrões internacionalmente aceites. As EFP são importantes porque: (i) constituem fonte de informação para a monitoria do desempenho fiscal; (ii) fonte de informação para a análise e/ou estudo do comportamento de grandes indicadores na gestão de finanças públicas; (iii) contribuem para maior transparência e acesso da informação sobre as finanças pública; e (iv) permitem a comparabilidade entre os Países.

Portanto, a partir das EFP é possível visualizar a dinâmica de variáveis como a receita, despesa, défice orçamental, activos, passivos e outros fluxos económicos, ao longo de um determinado período.

Actualmente, em Moçambique os principais relatórios de reporte de estatísticas fiscais são a Conta Geral do Estado e os Relatórios de Execução Orçamental com uma periodicidade anual e trimestral, respectivamente. Por forma a aumentar ainda mais a disseminação da informação estatística respeitante as finanças públicas, estão a ser empreendidos esforços visando uma maior disponibilização de informação.

CAIXA 3: Gestão dos Recursos Naturais, Medidas Fiscais Adoptadas pelo Governo Moçambicano.

A exploração de recursos naturais têm contribuído para a receita do Estado, embora se reconheça que alguns desafios se impõem ao Governo para maximização da contribuição destes Projectos para a Economia. Assim neste contexto, o Governo tomou diversas medidas com destaque para a aprovação em 2007 de um regime específico de tributação e de incentivos para a área mineira e petrolífera (Leis nº 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de Junho), aprovação em 2009 do novo Código dos Benefícios Fiscais e aprovação em 2011 da Lei 15/2011, sobre Parcerias Publico-Privadas, Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais, sendo que esta última prevê no seu n.º 2 do art. 36 a renegociação de determinadas cláusulas contratuais mediante o mútuo acordo entre as partes.

A Lei 15/2011, de 10 de Agosto (Lei das PPP, PGD e CE) prevê a participação de pessoas singulares moçambicanas no capital social dos empreendimentos de 5 a 20%, vendida na bolsa de valores, por outro lado, a Lei prevê ainda a participação de pessoas colectivas pública ou privadas moçambicanas no capital do consórcio nos termos que as partes negociarem e acordarem considerando-se assim, esta oportunidade um exercício de inclusão económica e empoderamento dos moçambicanos nesses empreendimentos. Actualmente a aprovação de todos os projectos é feita à luz da nova legislação.

As receitas provenientes da exploração dos recursos naturais são canalizadas ao Orçamento do Estado através da Conta Única do Tesouro. Uma percentagem dessas receitas é destinada ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projectos nos termos das Leis nºs 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de Junho, sobre o regime fiscal da actividade mineira e petrolífera). Por exemplo, para 2014, o Orçamento do Estado prevê a canalização de 24.405,02 mil MT correspondente a 2,75% da percentagem de receitas geradas pela extracção mineira e petrolífera a ser canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os projectos. A canalização do valor é feita através de um projecto específico inscrito na Secretaria Distrital do Distrito onde se localiza a exploração, com a designação "Desenvolvimento Comunitário", devendo obedecer os seguintes critérios para financiamento: (i) Proposta desenhada na localidade; (ii) Implementação na localidade; (iii) Ser viável e sustentável social e economicamente; e (iv) Uso de recursos locais (humanos, matérias e naturais).